

**HABEAS CORPUS Nº 536.383 - SP (2019/0292384-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE** : MAURO HENRIQUE CENCO E OUTRO  
**ADVOGADOS** : MAURO HENRIQUE CENÇO - SP082762  
ELISIO ANTONIO THEODORO DE LIMA JUNIOR -  
SP244130  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : JOAO FELIPE DE SOUZA SILVA (PRESO)  
**PACIENTE** : ADRIANO RICARDO MARIANO PEDROSA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* interposto por JOAO FELIPE DE SOUZA SILVA e ADRIANO RICARDO MARIANO PEDROSA, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 57/58):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA ORDEM DENEGADA.

1. É natural que seja exigível o preenchimento dos requisitos subjetivos para a concessão de liberdade provisória. Contudo, tais requisitos, posto que necessários, não são suficientes. Pode suceder que, malgrado o acusado seja primário, tenha bons antecedentes, residência fixa e profissão lícita, não faça jus à liberdade provisória, na hipótese em que estiverem presentes os pressupostos da prisão preventiva (STJ, HC n. 89.946-RS, Rei. Min. Felix Fischer, unânime, j. 11.12.07; RHC n 11.504-SP, Rei. Min. Hamilton Carvalhido, j. 18.10.01).

2. A decisão está fundamentada na gravidade do crime e na tentativa de fuga do paciente, no dia do flagrante. Os acusados guardavam grande quantia em cédulas falsas e não apresentaram justificativa coerente sobre a propriedade das notas. Desta forma, presentes os elementos que autorizam a decretação da prisão preventiva, para garantir a aplicação da lei penal.

3. Ordem denegada.

Os pacientes foram presos em flagrante, convertido em preventiva, como incursos no art. 289, § 1º, do Código Penal.

Alegam os impetrantes, em síntese, ausência dos requisitos autorizadores da segregação cautelar, fundada na gravidade abstrata do delito. Apontam excesso de prazo na instrução criminal, negam autoria e materialidade delitivas e sustentam condições pessoais favoráveis. Requerem, portanto, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade provisória.

Na origem, o processo nº. 5004223-49.2019.4.03.6102 encontra-se em fase instrutória. Não há data designada para a audiência de instrução e julgamento, tendo sido indeferida a renovação de pedido de revogação da prisão preventiva e concessão de liberdade provisória no dia 18/9/2019,

# Superior Tribunal de Justiça

conforme informações processuais eletrônicas disponibilizadas pelo sítio do Tribunal *a quo*, em 30/9/2019.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 31/32):

**A quantidade de cédulas aparentemente falsas apreendidas em poder dos indiciados é expressiva.**

Os depoimentos colhidos até o momento, somados às circunstâncias da prisão e ao volume de notas apreendidas indicam fortemente que Adriano e João Felipe tinham conhecimento da falsidade das cédulas.

Observo que os presos não obedeceram prontamente ao comando dos policiais militares para encostar a motocicleta, então conduzida por Adriano pela Rodovia SP 333, em **típica atitude de empreendimento de fuga**.

Ademais, a princípio, mostra-se demasiadamente frágil a justificativa de que as cédulas seriam produto de venda de um telefone iPhone 6, anunciado pelo facebook de João Felipe, e adquirido por pessoa desconhecida, apenas apelidada de "gordão", mediante o pagamento em dinheiro de quatro mil reais.

Como se vê, neste juízo inicial, a prisão preventiva está devidamente fundamentada na necessidade de se resguardar a ordem pública, diante da periculosidade social dos pacientes, pois foram flagrados com expressiva quantia de moeda falsa em *típica atitude de empreendimento de fuga*.

Esta Corte Superior entende majoritariamente que a tentativa de fuga no momento da abordagem policial, após a prática criminosa, inclusive com resistência física, perseguição em alta velocidade, e troca de tiros com agentes policiais, são circunstâncias fáticas que justificam a prisão preventiva. Conforme os seguintes precedentes: RHC 71.563/MG, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 2/8/2016, DJe 9/8/2016; HC 398.318/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 17/8/2017, DJe 29/8/2017; HC 403.269/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 1/12/2017; RHC 74.131/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 01/02/2017.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do recurso em *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. De fato, uníssona é a jurisprudência no sentido de que o constrangimento ilegal por excesso de prazo só pode ser reconhecido quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência de constrangimento ilegal.

Desse modo, não se detecta, ao menos neste juízo sumário, coação ilícita apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois se faz necessário exame circunstancial da razoabilidade da duração do processo.

Por fim, no que tange o argumento de negativas de autoria e materialidade, cumpre ressaltar que, em procedimento do *habeas corpus*, não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator